



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

GAB. DES. RICARDO VITAL DE ALMEIDA

AGRAVO EM EXECUÇÃO Nº 0810240-26.2020.8.15.0000

RELATOR: DES. RICARDO VITAL DE ALMEIDA

AGRAVANTE: CLAUDIO JOSÉ SILVA SOUSA

ADVOGADO: GUILHERME FERREIRA DE MIRANDA (OAB/PB 16.283) E VINÍCIUS LÚCIO DE ANDRADE (OAB/PB 16.406)

AGRAVADO: JUSTIÇA PÚBLICA

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REGIME ABERTO, COM RECOLHIMENTO DOMICILIAR MONITORADO. APENADO QUE DEIXOU DE CARREGAR A TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, VIOLOU A ZONA GEOGRÁFICA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, SENDO REINCIDENTE EM TAIS PRÁTICAS. REGRESSÃO CAUTELAR AO REGIME PRISIONAL FECHADO. **IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. 1. TESE DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA COISA JULGADA. INSUBSISTÊNCIA.** DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA A EXECUÇÃO DA PENA EM REGIME ABERTO. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. ART. 55, INCISO V, DA LEP¹. REGRESSÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA DO ABERTO PARA O FECHADO. POSSIBILIDADE. ART. 118, “CAPUT” E INCISO I, DA LEP². INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO À REGRESSÃO DE REGIME “PER SALTUM”. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. **2. AGRAVO DESPROVIDO**, EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL.

1. Sustenta o recorrente a ofensa ao princípio da coisa julgada, em virtude de **o magistrado da Vara de Execuções Penais ter determinado a regressão de regime de cumprimento de pena do aberto para o fechado.**

- O reeducando cumpria sua pena em regime aberto, sendo beneficiado com recolhimento domiciliar monitorado, quando sobreveio aos autos notícia de que ele **estava descumprindo as**



condições impostas, deixou de carregar a tornozeleira, além de sair, por diversas vezes, da zona de inclusão em dias e horários proibidos, além de haver notícia de ser o apenado reincidente em tais práticas.

- O fato do sentenciado ter deixado de carregar a tornozeleira eletrônica e ter saído da zona de inclusão em dias e horários não permitidos **demonstra, inequivocamente, a sua falta de autodisciplina e de senso de responsabilidade, sendo suficiente ao reconhecimento da falta em questão. Principalmente por ser o apenado reincidente no cometimento de tais infrações.**

- "Não existe a obrigatoriedade de retornar ao regime anterior, vale dizer, se estava no aberto, deve seguir ao semi-aberto. Eventualmente, conforme preceitua o art. 118, caput, pode ser o condenado transferido para qualquer dos regimes mais rigorosos, sendo viável o salto do aberto para o fechado. Depende, pois, do caso concreto."³.

- Do STJ: "A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, estabelece que o apenado ficará sujeito à transferência para qualquer dos regimes mais gravosos quando praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, não havendo que se observar a forma progressiva estabelecida no art. 112 do normativo em referência (STJ. AgRg no REsp 1575529/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016) (AgRg no REsp 1672666/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 13/03/2018, DJe 26/03/2018)". (AgRg no REsp 1773347/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

2. AGRAVO DESPROVIDO, EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos.

ACORDA a Câmara Especializada Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, à **unanimidade, negar provimento ao agravo em execução penal, nos termos do voto do relator**, em harmonia com o parecer ministerial.

¹ **"Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:**

(...)



V – descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

2 Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I – praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

3 “in” Leis Penais e Processuais Penais Comentadas – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, pág. 119

RELATÓRIO

Trata-se de **Agravo em Execução** interposto pela Defesa de **CLÁUDIO JOSÉ SILVA SOUSA** objetivando a reforma de decisão proferida pelo Juízo da Vara de Execução Penal da Comarca de Campina Grande que decretou a regressão cautelar do apenado para o regime fechado (Processo nº 7002945-81.2018.8.15.0011-SEEU).

Consta dos autos que **Cláudio José Silva Sousa** foi condenado à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, pelo cometimento de ilícito previsto no art. 157, §2º, inciso II, do CP, e art. 244-B do ECA, ambos na forma do art. 69 do CP.

Em audiência realizada em 15/12/2019, o recorrente teve a progressão de regime deferida para o aberto, com recolhimento domiciliar monitorado, com condições (ID Nº 7520478– págs. 02/03).

No entanto, a Secretaria de Administração Penitenciária, através da central de monitoração de tornozeleira eletrônica, responsável pelo acompanhamento, informou que o apenado é relapso no carregamento da tornozeleira, deixando-a descarregar algumas vezes, fato que constitui falta grave, além de ter saído da zona de inclusão em dias e horários proibidos. Noticiou, ainda, ser o apenado reincidente quanto às referidas violações.

Por esse motivo, após ouvir o Ministério Público, o magistrado Philippe Guimarães Padilha Vilar, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Campina Grande, **homologou a falta grave e decretou a regressão prisional do reeducando para o regime fechado** (Decisão ID Nº 7277313).



Irresignado, **Cláudio José Silva Sousa** interpôs o presente agravo em execução penal (ID Nº 7277304), alegando, em suma, (1) ofensa à coisa julgada, visto a aplicação ao condenado de um regime de cumprimento de pena mais gravoso (fechado) que o estabelecido na sentença condenatória (semiaberto), tendo sofrido a regressão “per soltum”.

Em contrarrazões, o Ministério Público, através do promotor de justiça Otacílio Marcus Machado Cordeiro, opinou pelo **improvemento do agravo (ID Nº 7277311)**.

Ao se manifestar sobre a insurgência, o magistrado *a quo* manteve a decisão e remeteu o recurso para esta Corte de Justiça (ID Nº 7277310).

Parecer da douta Procuradoria de Justiça emitido por Dr. Joaci Juvino da Costa Silva, opinando pelo desprovimento do agravo de execução (ID Nº 7330729).

É o relatório.

VOTO: Desembargado Ricardo Vital de Almeida

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade e processamento, conheço do presente agravo em execução.

1. TESE DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA COISA JULGADA

***Prima facie*, sustenta o recorrente a ofensa ao princípio da coisa julgada, em virtude de o magistrado da Vara de Execuções Penais ter determinado a regressão de regime de cumprimento de pena do aberto para o fechado.**



Razão não assiste à defesa.

No caso em tela, verifica-se que o reeducando cumpria sua pena em regime aberto, sendo beneficiado com recolhimento domiciliar monitorado, quando sobreveio aos autos notícia de que ele estava descumprindo as condições impostas, deixou de carregar a tornozeleira, além de sair, por diversas vezes, da zona de inclusão em dias e horários proibidos, além de haver notícia de ser o apenado reincidente em tais práticas (Ofício ID N° 7277309 – pág. 02).

Instaurado procedimento para apurar a possível falta grave perpetrada, o sentenciado compareceu à Audiência de Justificação, afirmando ter bebido no dia após discussão com a namorada, “in verbis”:

“cumpre regime aberto; que toma remédio controlado; que teve discussão com a namorada; que por isso descumpriu as condições; que estava bebendo as 02:00 da manhã, perambulando pela rua na casa de amigos; que pede oportunidade.” (ID N° 7277313 – pág. 02)

Diante das escusas apresentadas, após parecer favorável do Ministério Público, o MM. Juiz “a quo”, homologou a falta grave e decretou a regressão do regime prisional do apenado para o fechado, utilizando a seguinte fundamentação:

“observa-se na movimentação de nº 62 e 70, que o apenado cumprindo pena em regime aberto monitorado, cometeu a falta grave referente aos Ids 1509656, 1990137, 2003366 – reincidente (violando a sua zona de inclusão em dias e horários proibidos), 1461893 e 1480667; 2575338 e 3043304 – reincidente (Dispositivo desligado por falta de carga na bateria) descumprindo as condições determina a portaria nº 06/VEP/CG. A retirada do equipamento ocorreu dia 18/05/2020”. (ID N° 7277313 – pág. 03)

No caso vertente, verifico que o sentenciado, descumpriu as condições estabelecidas para a execução da pena no regime aberto, em prisão domiciliar monitorado, não merecendo ser acolhida a justificativa por ele apresentada.

Em audiência admonitória, realizada em 18/12/2019, o reeducando ficou ciente e aceitou as condições impostas para o cumprimento do regime de prisão domiciliar.

Neste norte, dispõe o artigo 50, inciso V, da Lei de Execução Penal:



Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

(...)

V – descumprir, no regime aberto, as condições impostas;

O fato do sentenciado ter deixado de carregar a tornozeleira eletrônica e ter saído da zona de inclusão em dias e horários não permitidos demonstra, inequivocamente, a sua falta de autodisciplina e de senso de responsabilidade, sendo suficiente ao reconhecimento da falta em questão. Principalmente por ser o apenado reincidente no cometimento de tais infrações.

Demais disso, a justificativa por ele apresentada, de ter brigado com a namorada, não é plausível e eficiente para eximi-lo da responsabilidade assumida quando beneficiado com a prisão domiciliar, principalmente porque não cabe ao reeducando cumprir a pena a seu líbito.

Com isso, pela conduta praticada, o apenado evidenciou não ser merecedor do direito de usufruir da pena no regime mais brado, ofendendo, diretamente, o sistema de reeducação e reinserção na sociedade.

Com efeito, as condutas desidiosas praticadas pelo apenado configuram falta grave, em face do descumprimento das condições impostas do regime aberto (artigo 50, inciso V, da LEP), e, com isso, deve o condenado ter o seu regime prisional regredido para qualquer dos regimes mais rigorosos, nos termos do art. 118, caput e inciso I, da Lei de Execuções Penais¹, inexistindo óbice à regressão direta para o regime fechado.

Sobre o assunto, conclusiva é a lição do doutrinador Guilherme de Souza Nucci:

"Não existe a obrigatoriedade de retornar ao regime anterior, vale dizer, se estava no aberto, deve seguir ao semi-aberto. Eventualmente, conforme preceitua o art. 118, caput, pode ser o condenado transferido para qualquer dos regimes mais rigorosos, sendo viável o salto do aberto para o fechado. Depende, pois, do caso concreto."²

Acerca da possibilidade da regressão “per saltum”, entende a Corte Superior de Justiça, como se observa:

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMETIMENTO DE FALTA GRAVE. REGRESSÃO PER SALTUM DE REGIME PRISIONAL. POSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que o art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, estabelece que o apenado ficará sujeito à transferência para qualquer dos regimes mais gravosos quando praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, não havendo que se observar a forma progressiva estabelecida no



art. 112 do normativo em referência (STJ. AgRg no REsp 1575529/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016) (AgRg no REsp 1672666/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 13/03/2018, DJe 26/03/2018). 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1773347/RO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

“A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem adotado a orientação de que o art. 118, inciso I, da Lei de Execução Penal, estabelece que o apenado ficará sujeito à transferência para qualquer dos regimes mais gravosos quando praticar fato definido como crime doloso ou falta grave, não havendo que se observar a forma progressiva estabelecida no art. 112 do normativo em referência (AgRg no REsp 1575529/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016)”. (AgInt no REsp 1632060/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 21/05/2018)

Não obstante, no presente caso, é inegável ser, a regressão diretamente ao regime prisional fechado, proporcional à situação do recorrido, o qual é reincidente em descumprir as condições estabelecidas para o cumprimento do regime aberto.

Portanto, o descumprimento reiterado pelo reeducando das condições impostas para o cumprimento da pena em regime aberto-domiciliar demonstra o seu descaso com a Justiça, não se encontrando em condições de retornar ao convívio social, sendo necessária a regressão do regime para o fechado.

2. DISPOSITIVO

Ante o exposto, em harmonia com o parecer ministerial de 2º grau, **nego provimento ao agravo em execução penal**, para manter a decisão agravada tal como proferida.

É como voto.

Presidente, em exercício, da Câmara Criminal o Excelentíssimo Senhor Desembargador João Benedito da Silva. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores **Ricardo Vital de Almeida, relator**, Joás de Brito Pereira Filho (1º vogal) e João Benedito da Silva (2º vogal).



Representando o Ministério Público, o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado

Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 21 de setembro de 2020.

Des. Ricardo Vital de Almeida

RELATOR

1 Art. 118. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado:

I – praticar fato definido como crime doloso ou falta grave;

2 “in” **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas – São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, pág. 119**

